

Adaptação controversa (1960-1977)

- Reestruturação jurídica e administrativa.

Presidentes entre 1960 e 1977

Manuel Bermejillo

Maio 1943 - julho 1964

Jaime Lazcan

Julho 1964 - fevereiro 1966

Manuel Morales

Fevereiro 1966 - setembro 1969

Manuel Sainz / Celso Manuel Rodríguez Conde (interinos)

Outubro 1969 - novembro 1970

Alfonso de la Fuente

Novembro 1970 - fevereiro

1977

No início de 1960, a PSN é uma entidade muito maior do que alguma se imaginou. O impulso socioeconómico vivido por Espanha desperta novas exigências e necessidades nos mutualistas, que sobreaquecem perigosamente a atividade da Mútua. Não resta outra alternativa senão empreender uma profunda reestruturação jurídica e administrativa que culmina, não sem grandes esforços e controvérsias no coletivo, nos novos estatutos de 1975, que abrem mais uma etapa na Entidade.

A Previsión Sanitaria Nacional entra na década de 1960 com o íntimo desejo de continuar a reduzir as preocupações dos profissionais de saúde e prevenir o seu futuro económico, pessoal e familiar. O desenvolvimento da mutualidade tem sido extraordinário desde o seu nascimento, mas é ainda necessário que o coletivo demonstre uma disponibilidade mais decidida em relação à ideia do mutualismo. A queixa a este respeito é pronunciada por José Luis Yagüe, secretário do Conselho de Administração, a 28 de novembro de 1960, no início da Assembleia: «A Instituição opera há 30 anos; muitos dos que então se inscreveram nos grupos mínimos obrigatórios continuam exatamente na mesma, mas com mais 30 anos, percebem demasiado tarde que a previdência social é necessária. Vêm o risco imediato, querem cobri-lo, mas já ultrapassaram a idade para o fazer».

A década que acaba de se iniciar contemplará alguns acontecimentos chave na história da PSN, ainda presidida pelo incansável Manuel Bermejillo. Por esta altura começam a tornar-se familiares algumas siglas que sobreviveram até hoje envoltas em controvérsia: AMF-AT. Este regime de previdência, criado em 1946 para os médicos ao serviço de entidades de assistência médica e farmacêutica e seguradoras de acidentes de trabalho, começa a apresentar os seus primeiros sintomas de desequilíbrio financeiro, que, com o passar dos anos, se tornaria o problema mais grave da Entidade.

Já em 1965, há indícios claros de que o complicado e não menos controverso desenho original do regime não parece válido para o presente e muito menos para o futuro, pelo que não resta outra alternativa senão promover uma revisão estatística, atuarial e financeira dos seus princípios.

A aplicação destas recomendações, feitas pelo próprio Conselho de Administração, seria adiada sistematicamente devido principalmente à falta de decisões por parte do ministério competente na matéria e responsável, de acordo com a recente doutrina do Supremo Tribunal, por aquilo que sempre fora um regime de substituição da Segurança Social.

O controverso desenho atuarial também acompanha o nascimento da Secção de Intervenções Cirúrgicas, um antigo projeto do presidente Bermejillo que consegue implementar a 1 de abril de 1963, pouco antes da sua saída da Entidade. As perspetivas do novo seguro são tão amplas que até se discute a possibilidade de a PSN passar a dispor de centros de saúde próprios para atender aos mutualistas. No entanto, o carácter voluntário da sua subscrição provoca a tão temida seleção de riscos - apenas é subscrita por mutualistas com predisposição para estados patológicos - e a viabilidade da secção fica posta em causa.

Automóvel, intervenções cirúrgicas e AMF-AT, reflexo de um tempo novo cheio de

dificuldades.

Em julho de 1964, Jaime Lazcano põe termo aos mais de 20 anos de presidência de Bermejillo, e menos de um ano depois, vê-se confrontado com uma das alterações regulamentares e estruturais mais importantes na Entidade, devido à entrada em vigor da obrigatoriedade do seguro de responsabilidade civil automóvel. Até então, a Secção, de subscrição voluntária, tinha gozado de grande importância e merecido prestígio.

Mas a alteração legal desencadeou inúmeras dificuldades administrativas na Entidade e mergulhou muitos mutualistas em consternação. Além disso, impedia a PSN de prestar e cobrir o novo serviço obrigatório. A solução surge a 6 de novembro de 1965, quando a Assembleia aprova a criação de uma nova entidade, Agrupación Mutual del Automóvil, embrião da atual AMA.

O seu nascimento é mais um produto da obrigação legal do que da convicção de que o coletivo deve dispor de duas mútuas. As suas origens são semelhantes às de uma subsidiária e, à partida, não pressupõem o seu posterior desenvolvimento independente.

San Juan ou a conclusão da aposta imobiliária

A política imobiliária da PSN assiste nestes anos a um notável desenvolvimento, sobretudo com a construção da Residência de San Juan. Localizada no solar El Romero, adquirida em 1958 por cerca de 3 milhões de pesetas, a Residência era inicialmente destinada a reformados. Finalmente, o centro construído, concluído em abril de 1965, é de caráter geral, com 96 quartos e capacidade para 191 pessoas. Em outubro de 1968 é concebido no mesmo solar um outro edifício, que foi concluído em 1972. A Residência começa a despertar a simpatia e o interesse dos mutualistas quase desde o início e torna-se um dos melhores serviços prestados pela PSN. Paralelamente, a Entidade continua a colaborar com as ordens na construção de novos edifícios que estas possam utilizar como sedes e na promoção de habitação para venda para os mutualistas.

As referidas dificuldades não passam do reflexo de um certo sobreaquecimento na sua trajetória mútua, alimentado pela acelerada dinâmica socioeconómica que Espanha vive nesta década. As pensões e os benefícios perdem poder de compra; a administração da Entidade parece ultrapassada e as coberturas não respondem as novas expectativas dos mutualistas. A situação não passa despercebida pelas ordens, que decidem tomar o assunto em mãos e promovem a substituição da Presidência da PSN: Lazcano deixa o seu cargo a Manuel Morales, presidente da AMA, que une na sua pessoa a direção das duas companhias. É fevereiro de 1966.

Na Assembleia desse ano, o relatório do Conselho aponta claramente para uma mudança de cena, caracterizada pelo restabelecimento do diálogo com os mutualistas e as ordens e a busca da unidade de ação, porque «numa mutualidade profissional, o egoísmo não é admissível». Sem desqualificar o trabalho do presidente Lazcano, parece evidente que a chegada de Morales constitui uma recuperação da situação instável da PSN. A transformação é conduzida pelas ordens que, apesar das críticas de alguns mutualistas, atuam em conformidade com os estatutos.

Morales retrata a PSN em público ao ordenar a realização de um estudo global, atuarial, técnico e administrativo com propostas de mudança a serem divulgadas a todos os mutualistas em particular e ao setor da saúde em geral. Entretanto, está a ser concluída a reestruturação das secções de Doença, Invalidez, Velhice e Vida.

O revolucionário Morales é interrompido repentinamente. O presidente morre em setembro de 1969, pouco mais de três anos após a sua nomeação. Os problemas pendentes com Lazcano continuam em aberto, identificados pelas ordens e amplificados por alguns mutualistas, que não estão satisfeitos com o desenvolvimento de algumas promoções imobiliárias. Regresso ao ponto de partida na reflexão comum sobre o futuro.

A 16 de novembro de 1970, Alfonso de la Fuente, presidente do Conselho Geral das Ordens de Médicos, assume a presidência da PSN com o objetivo principal de «estudar

a reforma estrutural e regulamentar dos seus estatutos e regulamentos». Com efeito, afirma que o seu cargo é transitório.

Tal como há alguns anos, as ordens voltavam a intervir na vida interna da PSN, mas desta vez de uma forma mais direta e decidida. A primeira decisão de De la Fuente não deixa margem para dúvidas quanto ao seu propósito regenerador: solicitar ao Instituto de Revisores Oficiais de Contas um relatório técnico sobre a situação financeira e contabilística da Entidade.

Transitório, mas decisivo. Alfonso de la Fuente assumiu o cargo de presidente da PSN com a certeza de que a sua passagem pela direção da Entidade seria transitória. Impôs-se como tarefa principal aprovar novos estatutos e conseguiu concretizá-los. O seu foi um contributo fundamental para a modernização da Entidade.

- Aviso do Instituto de Contas.

No dia 19 de junho de 1971, o referido Instituto emite um relatório de 48 páginas e 28 anexos, cuja conclusão levanta sérias dúvidas sobre o montante, a importância e os saldos das contas do balanço. De la Fuente, que já tinha começado a adotar as primeiras medidas de reorganização administrativa, convoca uma Assembleia de Mutualistas para a aprovação definitiva da desejada revitalização da Entidade.

O esperado encontro realiza-se no dia 2 de julho de 1971 e os seus resultados são animadores: tal como há alguns anos, a Direção-Geral da Saúde volta a ratificar a constituição legal do novo Conselho de Administração, cuja principal missão será reformar os estatutos da PSN e habilitar uma administração de gestão e duas consultorias, uma jurídica e outra atuarial, que garantam o bom funcionamento da Entidade.

Os estatutos em vigor datam de 1944. Parece evidente a necessidade de reforma, mas a tarefa é difícil. Com efeito, o anteprojeto elaborado, inicialmente concebido para a sua discussão na Assembleia de dezembro de 1972, é retirado por não se adequar a todos os setores.

Para não deixar o assunto completamente de lado, o Conselho coloca uma questão aos membros da assembleia, muito ilustrativa da encruzilhada em que se encontra a Entidade: «O projeto de reforma dos Estatutos deve manter à tradicional ligação da PSN às ordens que lhe deram vida, lhe prestam um inestimável apoio espiritual, administrativo e económico e mantêm o espírito de fraternidade, ao mesmo tempo que possibilitam a solidariedade necessária entre todos os profissionais de saúde de Espanha, ou convêm mais fazer tabula rasa disso e adaptar-se estritamente à Lei e Regulamento das Mutualidades com rigorosa juridicidade?»

A Assembleia pronuncia-se por unanimidade a favor da permanência da ligação da PSN às ordens. Em fevereiro de 1974, volta a abordar o assunto: desta vez, os membros da Assembleia dispõem de um projeto de reforma que desencadeia uma calorosa discussão sobre a representatividade da Assembleia, a participação dos mutualistas - que, por esta altura, são mais de 63.000 - e a proporcionalidade entre órgãos sociais e administrativos. Opta-se, finalmente, por recolher todas as alterações e comentários e desenvolver um novo projeto de reforma, que é apresentado outra vez à Assembleia em dezembro.

O presidente De la Fuente declara que «a redação dos Estatutos foi reformulada no intuito de criar uma abertura inédita na história da Mutualidade», utilizando certamente para o efeito um termo extremamente atual da situação política espanhola: Franco está muito doente e o regime começa a desmoronar-se entre incontroláveis sinais de abertura política e social. Além disso, o novo texto consagra a mudança do governo designado pelos conselhos de ordens por outro constituído pela maioria absoluta dos votos dos membros da Assembleia e do Conselho de Administração e reúne minuciosamente todas as disposições legais do momento. «Os estatutos são os mais completos entre os que regulam as mutualidades em Espanha, porque os sintetiza todos», frisa De la Fuente. A 21 de junho de 1975, realiza-se uma Assembleia extraordinária que aprova os estatutos.

Termina assim um longo processo que abre a porta a uma nova Entidade. Mas durante a década de 1970, as mudanças não são apenas regulamentares. Enquanto se discutia sobre os estatutos, o presidente De la Fuente promovia os seus outros projetos de modernização, tais como a reorganização técnica e administrativa e o saneamento financeiro; a profissão farmacêutica é integrada definitivamente, com caráter obrigatório, após a dissolução da Caja de Previsión y Socorro del Cuerpo Farmacéutico (Caixa de Previdência e Socorro do Corpo Farmacêutico); os benefícios melhoram e são criadas novas coberturas (acidentes pessoais, amortização de empréstimos, orfandade, financiamento de veículos...)

A AMF-AT continua a suscitar preocupações, bem como o seguro de intervenções cirúrgicas, mas isso não impede a abordagem de novos projetos como uma sociedade de investimento imobiliário e cooperativas de crédito e de habitação. Alfonso de la Fuente deixa o seu cargo a José María Artamendi no dia 25 de fevereiro de 1977.

Em junho desse ano, os espanhóis votam pela primeira vez depois de mais de quarenta anos de ditadura. A Espanha contemporânea abre caminho e nela viaja uma nova PSN que ainda tem pela frente muitos desafios e objetivos a cumprir.